

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

FERNANDA TAVARES DA SILVA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTANA ESCOLA DE ENSINO BÁSICO**

Juazeiro do Norte-CE

2018

FERNANDA TAVARES DA SILVA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTANA ESCOLA DE ENSINO BÁSICO**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador(a): Indira Feitosa Siebra de Holanda

Juazeiro do Norte-CE

2018

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTANA ESCOLA DE ENSINO BÁSICO

Fernanda Tavares da Silva¹
Indira Feitosa Siebra de Holanda²

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar como ocorre o processo de inclusão de crianças autistas na escola, a fim de se entender quais as dificuldades encontradas pelas equipes pedagógicas e a família acerca desta. Entende-se o autismo como um transtorno do Neurodesenvolvimento que se manifesta na infância desde muito cedo, sua maior incidência ocorre entre meninos, que apresenta dificuldades em nível de interação, comunicação e no seu desenvolvimento em geral. Neste sentido, é importante ressaltar que crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autismo) necessitam de cuidados especiais tanto no contexto familiar quanto no âmbito educacional, para que possam assim desenvolver suas habilidades e competências. A pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico de natureza exploratória, para sua realização foram coletados dados em sites como SciELO, Mediline, BVS e Google acadêmico utilizou-se como critério de inclusão livros base, cartilhas e artigos dos últimos oito anos estabelecidos entre 2010 - 2018. Sua base de estudo volta-se para crianças com TEA no ambiente escolar, onde nota-se ainda um longo caminho a ser percorrido acerca da inclusão dos mesmos na escola, visto que se percebe apenas a integração destas e não realmente o processo de inclusão, em virtude do despreparo da equipe gestora, e falta de estrutura para acolher esse público que necessita da adaptação desta, também os pais que acabam não participando deste processo de inclusão por não ter o preparo/suporte adequado para lidar com essa questão. Portanto, neste trabalho foi possível perceber a importância do psicólogo no contexto educacional, onde este oferece suporte a equipe gestora e um olhar diferenciado acerca do processo de inclusão.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Família. Escola. Psicologia.

ABSTRACT

Autism is characterized as a disorder of Neurodevelopment that manifests itself in childhood from a very early age, its highest incidence occurs among boys, which presents difficulties in interaction, communication and its development in general. In this sense, it is important to emphasize that children with autism need special care both in the family and in the educational scope, so that they can thus develop their skills and competences. The purpose of this article is to investigate how the process of inclusion of autistic children in school occurs in order to understand the difficulties encountered by the pedagogical teams and the family about it. For the methodology of this article we used a bibliographic research of exploratory nature, for its accomplishment were collected data in sites like SciELO, Mediline, VHL and Google academic was used as criterion of inclusion base books, booklets and articles of the last nine years. Their study base turns to autistic children in the school environment, where there is still a long way to go about the inclusion of autistic children in school, where it is

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. E-mail: fernanda2014psicologia@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. E-mail: indira@leaosampaio.edu.br

perceived only the integration of these and not really the inclusion, because the lack of preparation of the management team, lack of structure to accommodate this public that needs adaptation, parents who do not participate in this inclusion process, because they do not have adequate preparation / support to deal with this issue. Therefore, in this work it was possible to perceive the importance of the psychologist in the educational context, where it supports the management team and a differentiated view about the inclusion process.

Keywords: Autism. Inclusion. Family. School. Psychology.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se enquanto uma síndrome que se apresenta na infância desde idades muito precoces até o terceiro ano de vida, sua maior ocorrência é entre os meninos. Seus sinais manifestam-se quando a sociedade exige uma demanda maior que suas capacidades. O TEA é classificado como Transtorno de Neurodesenvolvimento, possuem causas orgânicas, que se caracterizam por dificuldades de interação e comunicação podendo estar associada a alterações sensoriais, comportamentos estereotipados, assim como também a interesses restritos. Este nesta perspectiva é estabelecido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico, que manifesta ainda na infância déficits nas dimensões sociocomunicativa e comportamental (SCHMIDT et., 2016).

O ambiente escolar responsável por promover o processo de socialização da criança estando em primeiro lugar o ambiente familiar, no qual necessita além de uma capacitação, (em se tratando do aprendizado da criança com autismo) mais também de um interesse da escola e do corpo docente e ainda da família para que as mesmas possam ampliar suas competências e habilidades, dessa forma a escola em parceria com o professor, tem a função de desenvolver um plano de ensino adequado e capaz de suprir a demanda e especificidade destas (SCHMIDT et al., 2016).

Deste modo, é importante destacar que crianças com TEA, necessitam de cuidados especiais inclusive no âmbito educacional, e sob este aspecto é indispensável que esta adote uma proposta pedagógica que melhor se adéque tanto para as crianças que apresentam tal transtorno, como também para as demais. Com isto, se trabalhar a proposta de inclusão e de socialização dessas crianças no âmbito escolar, junto com toda a equipe que a compõe, é a partir desse processo neste contexto, que a criança com TEA aprende a conviver com as demais, favorecendo o desenvolvimento de ambas, ao passo que aprendem a conviver com as diferenças (ALCANTARA; FRIGHETTO; DOS SANTOS, 2013).

Neste sentido, é necessário que se estabeleça um diálogo entre pais e corpo docente, visto que constituir um vínculo entre eles proporcionaria além de uma parceria uma troca de experiências, para assim possibilitar um melhor entendimento do comportamento das crianças com TEA tanto no ambiente escolar quanto no âmbito familiar. Dessa forma, seria fundamental estimular e trabalhar a construção da relação família-professor-escola, visando um melhor desenvolvimento especialmente no que se refere às dificuldades de aprendizagem e interação social que apresentam (CABRAL, 2014).

O presente estudo tem como tema o processo de inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar, buscando investigar se as escolas são realmente inclusivas ou se elas somente as integram. Visto que, a despreparação da equipe gestora como dos professores bem como o espaço físico não atendem essa demanda contribuindo, assim para um processo de integração. Nesse sentido, a colaboração da família é de extrema importância para o desenvolvimento dentro desse contexto.

Dessa forma, o debate sobre a temática torna-se relevante, pois tal conhecimento permitirá não somente a conscientização do papel da escola para a adaptação do ambiente escolar e ainda de mudanças no que tange as ações pedagógicas com vista, a atender as necessidades particulares de cada aluno proporcionando assim, a instrumentalização da instituição escolar (atores institucionais) para que esta possa desenvolver estratégias para lidar com a criança com TEA, podendo contribuir com o público alvo, família e sociedade em geral. Buscando contribuir para sociedade acadêmica no tocante a ampliação de debates e estudos que perpassem esse assunto.

Assim, o interesse em pesquisar esta temática fundamenta-se a partir da experiência vivenciada do estágio ênfase I que se deu na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, na cidade do Juazeiro do Norte, essa experiência do contato com tal público e instituição me impulsionou a desenvolver a pesquisa voltada para a temática do TEA.

Diante disso, o trabalho tem como objetivo geral: investigar como ocorre o processo de inclusão de crianças autistas na escola, a fim de se entender quais as dificuldades encontradas pelas equipes pedagógicas e a família acerca desta inclusão. Ao delimitar o tema desse artigo, levou-se em consideração a grande relevância em aprofundar e esclarecer questões que dizem respeito ao TEA, sendo que a escolha partiu do interesse em obter conhecimento sobre a forma como a família e contexto educacional encaram esta realidade. Tendo como objetivos específicos: Analisar como se ocorre a inclusão de crianças com autismo na escola se realmente esta desenvolve o processo de inclusão ou apenas as integra, assim como identificar o papel da família frente ao processo de inclusão no ensino básico e

descrever a atuação do profissional de psicologia frente à inclusão de crianças neste contexto dessa forma, a pesquisa se propõe a investigar como ocorre o processo de inclusão de crianças com TEA na escola, e quais as dificuldades encontradas pelas equipes pedagógicas e a família acerca desta inclusão?

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória para sua realização foram utilizados os descritores *autismo, inclusão, família, escola, psicologia* e coletados em bases de dados virtuais como SciELO, Mediline, BVS e Google acadêmico onde usou-se como critério de inclusão cartilhas e artigos dos últimos nove anos estabelecidos entre 2010-2018 bem como, livros base sobre o autismo com exceção de conteúdos que não faziam referência ao processo de inclusão da criança com TEA dentro do contexto escolar assim como também, não foram selecionados artigos em língua estrangeira, visando investigar como ocorre o processo de inclusão deste público no contexto escolar.

Este trabalho estrutura-se da seguinte maneira: no primeiro tópico destinou-se ao levantamento do percurso histórico acerca do autismo; em seguida, foi exposto o processo de integração e inclusão de crianças com TEA no ensino básico denotando suas dificuldades e possibilidades; traz ainda uma percepção sobre o papel da família dentro deste contexto assim como um apanhado acerca da atuação do psicólogo frente ao processo no ensino básico; o método de inclusão e no ensino básico, posteriormente as considerações finais.

2. AUTISMO

Bleuller configurou o termo Autismo enquanto a perda do contato com a realidade em virtude dos prejuízos relacionados à comunicação interpessoal, introduzindo-o na psiquiatria. Entretanto, tal terminologia foi reformulado por Kanner, no ano de 1943, foi baseada na observação comportamental de 11 crianças este propôs uma nova síndrome na psiquiatria infantil, denominada inicialmente de Distúrbio Autístico do Contato afetivo, descrevendo esta enquanto uma síndrome que apresenta os mesmos sinais clínicos de isolamento, no qual acreditava-se tratar de um distúrbio psicológico, reflexo das atitudes de maus pais, ou, mais especificamente de uma mãe fria e distante o que ficou conhecido como a hipótese da *mãe geladeira* (ALCANTARA; FRIGHETTO; DOS SANTOS, 2013).

Durante muito tempo considerou o fato que a origem do quadro de autismo no filho estaria associada à qualidade dos cuidados ofertados pela figura materna bem como pelas características psicológicas dos pais. Contudo, no ano de 1960, começaram a surgir pesquisas

de caráter biológico que contradiziam esta perspectiva. Na mesma época, pessoas com autismo e seus familiares começaram a escrever biografias relatando depoimentos no qual era retratando suas experiências enfatizavam a recusa ao título de psicose que era dado à síndrome, enfim, o autismo passou a ser associado a um distúrbio do desenvolvimento (BRASIL, 2013).

Todavia, anos mais tarde o mesmo psiquiatra Kanner veio a público para desfazer essa consideração oferecendo apoiando as mães de crianças autistas. Já que na prática clínica, as mães se apresentam de forma afetuosa, e muitas delas dedicam-se àquele filho. Se não fossem preocupadas, não chegariam à clínica buscando tratamento, como o fazem. Além disso, pesquisas recentes mostram que o autismo apresenta causa biológica (SILVA; GAIATO; REVELES 2012).

É notório salientar, que os estudos de Kanner acerca do autismo impulsionaram o interesse de outros pesquisadores que assim como ele, também apresentavam interesse de discutir e se debruçar sobre a temática em busca da etiologia desta síndrome, para tanto, contavam com o suporte de um conjunto de ideias permeados por conceitos e resguardados pelas experiências na clínica pautada pelo cuidado de pessoas que apresentavam tais quadros (PAPIM; SANCHES, 2013).

No ano de 1944, o médico vienense Hans Asperger, com o mesmo propósito de investigação que Kanner propôs um artigo intitulado psicopatologia autística na infância com descrições sistemáticas de casos de autismo, na busca de explicações teóricas deste transtorno até então desconhecido. Contudo, Asperger não restringia a causa do autismo a um aspecto meramente de ordem psicodinâmica, visto que compreendia enquanto causa uma deficiência que perpassava o caráter biológico, especialmente de cunho genético (BRASIL, 2013).

Entretanto, o trabalho de Hans Asperger foi ignorado até meados de 1980, quando seu conceito de psicopatologia autística começou a difundir tornando-se muito mais amplo do que o de Kanner, neste mesmo período a psiquiatra inglesa Lorna Wing, iniciou seus estudos sobre o autismo onde buscou desenvolvê-los, a partir da análise dos artigos descritos por Hans Asperger através de casos atendidos pelo mesmo. A aproximação de Lorna com estes registros permitiu à mesma encontrar uma interligação entre os dados obtidos por meio da realização do grupo de crianças estudadas por ele com os estudos que estavam sendo desenvolvidos neste período nos Estados Unidos e Inglaterra. Assim, chegou à conclusão de que ambos os estudos apresentavam certa similaridade tendo em vista que compartilhavam a presença de uma mesma tríade sintomática (PAPIM; SANCHES, 2013).

Ole Ivar Lovas psicólogo comportamental foi mais um dos autores que resolveram se debruçar sobre o autismo na tentativa de se buscar compreender sua etiologia e aspectos clínicos, para tanto, o mesmo propôs em seus estudos a ideia de que as crianças que possuíam diagnóstico de autismo tendiam a assimilar com mais facilidades habilidades e competências novas mediadas pela técnica da terapia comportamental. Este postulava que os resultados advindos da terapia comportamental apresentavam-se de maneira mais eficazes frente ao distúrbio e suas manifestações do que mesmo as tradicionais terapias psicodinâmicas. Todavia, é importante salientar que naquela época, a Psicologia comportamental estava buscando se consolidar, no entanto, os psicólogos que adotavam tal linha teórica sofriam forte preconceito por parte dos psicólogos que não seguiam a referida abordagem bem como, eram estigmatizados pela sociedade como um todo (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

Na década de 80, o autismo recebeu um reconhecimento especial, diferente da esquizofrenia, o que propiciou um maior número de estudos científicos, recebendo a denominação diagnóstica correta e com critérios específicos. Desde então, o problema passou a ser tratado como uma síndrome, um distúrbio do desenvolvimento (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

Dentro desse contexto, o entendimento acerca do autismo foi sofrendo modificações ao longo dos tempos e ganhando contornos cada vez mais desafiadores no que tange a sua classificação, tendo em vista que este deixou de pertencer à categoria de Psicose Infantil no DSM-III e no DSM-III-R, bem como na CID-10 no ano de 1980 e a partir deste momento, passou a ser considerado Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) e Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), tal classificação, foi respectivamente realizada, pela CID 10 (Classificação Internacional das Doenças), da Organização Mundial de Saúde e pelo DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), da Associação Psiquiátrica Americana ambas consideram como critério diagnóstico a presença da tríade de sintomas vivenciada no dia a dia pela criança autista (BRASIL, 2013).

No entanto, na quinta versão do DSM (DSM-V), no qual foi lançada no ano de 2013, a denominação sofreu mais uma alteração abordando por sua vez, uma nova estrutura de sintomas do Autismo e a tríade de sintomas que já constava no DSM-IV, modelando a dificuldade de comunicação separadamente dos prejuízos sociais. Esta foi alterada mantendo no DSM-5 apenas uma tríade, composta por dois modelos de domínios, sendo um domínio relativo a déficit de comunicação social e, o outro correspondente a comportamentos/interesses restritos e repetitivos. Onde passou a ser utilizado o termo

Transtornos do Espectro do Autismo (TEA), estes localiza dentro dos grupos que compõe os Transtornos do Neurodesenvolvimento (DIAS,2017).

O Autismo é definido pela Associação de Amigos do Autista (AMA) como um transtorno de desenvolvimento e não pode ser definido como uma forma de retardo mental, embora muitos quadros de autismo apresentem funcionamento intelectual abaixo da média. A palavra autismo pode ser associada a diversas síndromes. Os sintomas variam amplamente, o que explica o autismo ser considerado um transtorno (ALVES; SOUZA; NEVES, 2015).

O autismo se caracteriza de acordo com os Manuais de diagnósticos DSM-V TR e o CID-10, como um Transtorno Global do Desenvolvimento, no qual existem alguns comprometimentos, em um espectro amplo, variando de um grau leve a elevado (AAPA, 2015).

Nesse sentido, o autismo se configura enquanto um transtorno que apresenta causa multifatorial, este por sua vez, tende a se manifestar de diferentes formas, no entanto, apresenta como ponto em comum à manifestação da tríade autística sendo que a base desta é composta pela presença de incapacidades, bem como de dificuldade referentes ao processo de socialização. A vivência deste transtorno, por conseguinte, traz inúmeras implicações para a vida do indivíduo com o TEA, desde dificuldades no tocante aos processos de autonomia a dificuldades de integração no cotidiano, devido ao déficit encontrado nos aspectos comportamentais e sócio comunicativo o que acarreta obstáculos e oferece prejuízo na qualidade de vida desses sujeitos (PAPIM; SANCHES, 2013).

A pessoa autista apresenta na maioria das vezes, sintomas como dificuldade de relacionamento com outras crianças; riso inapropriado; pouco ou nenhum contato visual; aparente insensibilidade à dor; preferência pela solidão; modos arreados; rotação de objetos; inapropriada fixação em objetos; ausência de resposta aos métodos normais de ensino; insistência em repetição; resistência à mudança de rotina; ecolalia; recusa colo ou afagos; age como se estivesse surdo; dificuldade em expressar necessidades (gesticula e aponta no lugar de palavras) dentre outros (DE SOUSA; DE SOUSA, 2015).

No que diz respeito, ao tratamento de pessoas com autismo este é muito amplo, e para tal deve-se buscar promover a constante autonomia desses sujeitos, contudo, para atingir este fim, é necessário envolver bem como desenvolver estratégias educacionais aliadas à psicoterapia ou terapias comportamentais capazes de oferecer resultados terapêuticos efetivos frente à manifestação da tríade de sintomas autísticos. Assim, o uso do medicamento que anteriormente detinha fundamental importância nesse contexto, passou a ser usado apenas para aliviar os sintomas, ao passo que outras técnicas ganharam espaço no tratamento desses

casos como reabilitação de comunicação com a fonoaudióloga, motora com os profissionais da Educação Física, sensorial com a terapia ocupacional, educacional e comportamental com a psicologia, por tanto a junção de uma equipe multidisciplinar adquire um caráter fundamental para se obter um resultado eficaz frente a este transtorno (ALVES; SOUZA; NEVES, 2015).

O diagnóstico da pessoa com TEA dar-se de modo inconcluso, assim tendo em vista a complexidade da demanda que se apresenta para a avaliação da criança este, por conseguinte conta com o suporte de uma equipe multidisciplinar, que por sua vez é composta por vários profissionais da área da saúde, que integrados analisam minuciosamente as características da pessoa no intuito de delinear uma linha de intervenção eficaz. Vale ressaltar, contudo, que dentro desse processo não existe nenhum tipo de exame que venha a diagnosticar o transtorno por isso, em alguns casos, o diagnóstico torna-se demorado e impreciso (TEDESCO; MOLARI, 2017).

3. INCLUSÃO x INTEGRAÇÃO

A inclusão se tornou um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências, junto de seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. O termo inclusão se define como ato ou efeito de incluir-se. Temos que diferenciar a integração da inclusão, na qual na primeira, depende do aluno se adaptar e buscar alternativas para se integrar, ao passo que na inclusão, a estrutura social deverá modificar-se e preparar-se para receber o aluno com deficiência (SANTOS et al., 2013).

Faz-se necessário neste momento, uma distinção entre esses dois termos já que são dois processos que perpassam essa temática, a integração tem como objetivo basilar promover a inserção do aluno ou mesmo grupo de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Enquanto que a inclusão configura-se em um processo amplo, no qual propõe uma reestruturação da organização do sistema educacional capaz de abarcar o contingente de necessidades de todos os alunos, no qual é estruturado em função dessas necessidades (ALVES, 2016).

A escola regular na concepção inclusiva, ao invés de ofertar propostas de ensino diferenciado para atender as especificidades de cada aluno deve, no entanto, rever seus projetos pedagógicos, mudar suas concepções e não recorrer a práticas adaptativas a fim de assegurar a inserção da pessoa com deficiência nas escolas comuns/regulares, pois estas,

apresentam em si um caráter regulador e mantenedor da exclusão, e da prevalência do aspecto substitutivo da educação especial (GOMES et al., 2015).

Nos últimos anos as escolas que trabalham com crianças autistas, apresentam um grande desafio o de incluí-los na rede de ensino básico. Contudo, o ato da inclusão, não deve significar simplesmente matricular o educando, mas também, assegurar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica (DE SOUSA; DE SOUSA, 2015).

Todavia, para que a inclusão de fato ocorra, necessita-se de mudanças para além do sistema educacional abrangendo a participação da sociedade como todo na implementação do processo de inclusão, assim a cooperação, condução e as ações metodológicas tornam-se elementos necessários para a mudança na perspectiva do sistema de ensino. Para tanto, é preciso que haja a participação de todos os atores sociais que compõe a instituição escolar professores, alunos, familiares e comunidade escolar (OLIVEIRA, 2015).

A escola comum nesta perspectiva adota o caráter inclusivo à medida que procura estar aberta ao novo a diversidade bem como, quando busca desenvolver dentro do contexto educacional mecanismos de intervenção que fomentem o respeito às diferenças latentes dos seus alunos e ainda quando leva em conta, o processo educativo do mesmo, ao ponto que procura desenvolver novas metodologias de ensino compatíveis com a inclusão (XAVIER, 2017).

A concepção de educação inclusiva tem se estruturado buscando na escola a saída para a segregação, pois esta tem como objetivo primeiro a socialização do sujeito nesse sentido, cabe à escola abrir-se para a diversidade e acima de tudo, valorizá-la como componente essencial na construção de uma sociedade que prioriza a democracia. Essa visão acerca do contexto educacional permite que encontre caminhos para se reestruturar de forma a procurar atender todos os alunos, inclusive os que apresentam algum comprometimento (CARNEIRO, 2012).

Dessa forma, o processo de inclusão implica o estabelecimento de uma nova concepção acerca do sistema educacional em outras palavras, significa propor a modificação do sistema de ensino com vistas à adoção de uma nova postura frente à deficiência postura esta, capaz de superar os padrões de ensino empregados pela escola tradicional, promovendo assim uma educação fundamentada em mudanças na gestão escolar, no qual se busque priorizar o acesso e a permanência á todos os alunos, independentemente de suas particularidades ou potencialidades para a construção de um conhecimento efetivo (OLIVEIRA, 2015).

4. DIFICULDADES E POSSIBILIDADES ACERCA DA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TEA NO ENSINO BÁSICO

A escola é um espaço diverso em sua formação, assim o ambiente escolar configura-se enquanto um ambiente heterogêneo no qual procura agregar indivíduos, ou seja, é marcado pela presença de grupos que apresentam distintas características, desde aspectos referentes à vestimenta, a forma de compreender o mundo e a vida em sociedade, bem como o modo de se relacionar com os/as colegas, ou mesmo com o corpo docente e demais situações presentes neste meio. Assim, a cultura escolar acaba por se estruturar e adquirir contornos por meio das dinâmicas existentes em seu interior (ALVES, 2016).

Durante muito tempo o acesso à escola foi privilégio para pessoas com maior poder econômico. Além disso, os/as alunos/as com deficiência frequentavam em pequeno número as escolas regulares, visto que os recursos para a acessibilidade eram escassos, assim como outras instituições se encarregavam no atendimento a estes/as alunos/as, tais como as APAES. A partir dos anos 90, principalmente, percebem-se grandes movimentos em favor da educação pública de qualidade. Neste contexto, adentram as lutas para garantir o maior acesso da população à educação, na qual dentre os segmentos estavam às pessoas com algum tipo de comprometimento (ALVES, 2016).

Em 1994, o documento elaborado na conferência mundial sobre educação especial em Salamanca na Espanha, trouxe novos objetivos e formulações acerca de políticas, assim como, dos sistemas educacionais vigentes atendendo dessa forma, as expectativas do movimento de inclusão social. Essa declaração levou ao compromisso de garantia dos direitos educacionais da pessoa com necessidades especiais sob esse prisma, via na escola uma saída para a segregação e a partir disso, determina que as escolas devam acolher todas as crianças, independente de sua condição física, intelectual e social (XAVIER, 2017).

O movimento de inclusão escolar é relativamente novo, principalmente se levarmos em conta o extenso período de exclusão escolar vivenciado pelas minorias estigmatizadas pela sociedade no qual lhes eram negadas a oportunidade de usufruir dos espaços educacionais disponibilizadas aos que tinham acesso à educação a toda população. Historicamente a educação de pessoas com necessidades especiais apresenta um quadro de total exclusão estes, eram institucionalizados e impedidos do convívio em sociedade no qual, passaram por momentos em que foram separados em escolas ou classes especiais instituídas a partir das características de suas deficiências, sua participação em ambientes comuns só seria possível

por meio do processo de normalização, até o momento atual que prevê direitos educacionais iguais e equidade educacional (CARNEIRO, 2012).

O acesso à educação de pessoas com deficiências vai sendo, assim, lentamente conquistado, na medida em que se ampliam as oportunidades. A UNESCO traz que a escola inclusiva surgiu enquanto conceito, como uma responsabilidade pedagógica centrada na criança no qual, se propôs a educar a todos, mesmo aquelas que apresentavam algum tipo de comprometimento assim, tal perspectiva compreende as diferenças como algo que perpassa a condição humana e para tanto, procura adequar a prática pedagógica às necessidades da criança para de fato, assegurar uma educação efetiva (XAVIER, 2017).

No Brasil, em termos legislativos o documento fundamental que passa a exigir o respeito ao diferente, isto é, à diversidade é a constituição federal de 1988, tal documento, tinha como propósito não somente garantir a população o direito ao acesso à cultura e a inclusão como também promover a reabilitação das pessoas com deficiência, visando à promoção e, sobretudo a integração destes a vida em sociedade garantindo atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência e permitindo que elas se desenvolvam na rede regular de ensino (SILVA, 2015).

A inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista na rede do ensino básico configura-se enquanto um direito assegurado pela lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, enquanto a política nacional de proteção dos direitos humanos da pessoa com transtorno do espectro autista (BRASIL, 2012). Esta por sua vez, pressupõe dentre outras determinações, o acesso à educação bem como, ao ensino profissionalizante aliado ao acompanhamento especializado conforme seja confirmada a necessidade compreendendo este como um direito do aluno com espectro autista (MINATEL; MATSUKURA, 2015).

Contudo, o processo de inclusão não tem ocorrido conforme previsto na legislação ocasionou que em vez de serem incluídos efetivamente, os estudantes diagnosticados com TEA estão sendo apenas inseridos na escola. Equivale que, as instituições educacionais aceitam a matrícula desses estudantes, mas não realizam adaptações e modificações pedagógicas, de infraestrutura e de recursos humanos para atendê-los e acolhê-los adequadamente (SANTOS, 2016).

Neste sentido, atender ao processo de escolarização de crianças com TEA configura-se, enquanto um desafio para a escola e seus atores educacionais, tendo em vista às adaptações e especificidades que perpassam esse processo de atenção e cuidado destinados a criança com TEA, na qual a instituição escolar encontra-se nitidamente despreparada para oferecer suporte adequado a uma demanda que se faz cada vez mais presente este despreparo,

torna-se explícito no início da escolarização quando se exige um suporte que atenda às necessidades individuais do sujeito, quando se permite o aprimoramento de potencialidades e a minimização de suas limitações (DE SOUSA, DE SOUSA 2015).

Considerando que a capacidade de estabelecer relações, para a criança com TEA, é uma tarefa extremamente complexa, neste sentido, compete ao professor oferecer um ambiente propício para o desenvolvimento e aprimoramento do aprendizado significativo destes alunos, através de atividades que estejam dentro das suas possibilidades, a fim de se trabalharas potencialidades que estes apresentam superando a existência de dificuldades envolvendo aspectos simbólicos, assim a aprendizagem deve encontra-se pautada em aspectos perceptuais e no processamento de informações visual (LEON, 2016).

Todavia, destaca-se que a inclusão de crianças com espectro autista no contexto do ensino básico tende a colocar a instituição escolar bem como, o corpo docente diante de uma situação desafiadora dentro do processo de construção de conhecimento, visto que, tal instância apresenta carência de recursos humanos e de estrutura física para se adequar as particularidades do aluno com TEA, já que cada um deles apresentam peculiaridades próprias, o que pressupõe a ocorrência de manifestações distintas tanto no aspecto educacional quanto ao nível de desenvolvimento o que torna este processo de inclusão ainda mais complexo (TEDESCO; MOLARI, 2017).

Denota-se assim, que o processo de inclusão configura-se enquanto um assunto delicado perpassado por inúmeras dificuldades, dessa forma, para uma efetivação significativa deste dentro do contexto escolar requer mais do que a adoções de leis que garantam a proteção da criança com TEA, mas sim ações voltadas para uma mudança na sociedade, bem como, na cultura educacional vigente com vistas à capacitação do professor, de modo que envolvam a todos em um projeto de escola inclusiva, trazendo uma nova formação dos docentes para que os mesmos saibam lidar com as limitações e as dificuldades de cada aluno, sendo ele especial ou não. A consciência de cada indivíduo na sociedade ajuda no processo de inclusão (DIAS, 2017).

5. A FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TEA NO ENSINO BÁSICO

A família é o primeiro grupo social no qual somos recebidos, esta se caracteriza enquanto o principal agente de socialização para o desenvolvimento da criança é através da

inserção no contexto familiar, que a criança se desenvolve e passa a introjetar normas, culturas e valores dessa forma, assim como a família, a escola também se propõe a desempenhar função semelhante visto que, procura está implicada no processo educacional além do que visa contribuir para a aquisição e transmissão de valores e conhecimentos (LAZZARETTI, 2016).

A escola e a família dentro do contexto escolar desempenham um papel análogo, tendo em vista que ambas assumem a responsabilidade por promoverem a proteção e educação de todas as crianças. Logo, é extremamente relevante estimular a aproximação entre tais instâncias, ao passo que a participação/acompanhamento dos pais no cotidiano escolar dos filhos se configuram uma ferramenta determinante para um bom desempenho das crianças com TEA não somente dentro do ambiente escolar mais no familiar (GOMES et al., 2015).

Diante disso, estimular a colaboração entre o ambiente escolar e a instância familiar é fator determinante dentro deste processo visto que se configuram enquanto ambientes que contribuem para a constituição e o desenvolvimento significativo do sujeito, pois visam gerar mudança na comunidade escolar promovendo o completo envolvimento destes na sociedade como também buscam ainda articular meios para desenvolver uma aprendizagem efetiva. Depreende-se assim, que a intervenção sob estes moldes não enfatiza a deficiência/limitações do sujeito, contudo, trabalha pautada nas potencialidades a qual a criança apresenta formando indivíduos autônomos, protagonistas de seu desenvolvimento perante a sociedade (LAZZARETTI, 2016).

Nesse sentido, pode-se perceber a importância do familiar no processo de inclusão de crianças autista tendo em vista que este auxiliará no desenvolvimento da comunicação, bem como, na estimulação de aspectos referentes à demonstração de afeto e interação social visto que representa a tríade de sintomas vivenciados pela criança autista no dia a dia para tanto, faz-se necessário, estimular a interação entre pais e os profissionais da educação no sentido de que estes desenvolvam estratégias que possibilitem a mudança no comportamento da criança com TEA não somente no que diz respeito ao contexto escolar mais também articular intervenções capazes de modificar a lógica de funcionamento dentro do âmbito familiar o que pressupõe um bom resultado no seu desenvolvimento em ambos os contextos (PAPIM; SANCHES, 2013).

Entretanto, é notório salientar que os avanços acerca do processo de inclusão como a conquista do aporte legal, do progresso frente ao diagnóstico e das discussões acerca da inclusão não foram de todo suficiente para dissipar a desconfiança e incerteza que paira sobre a percepção das famílias ao se indagarem sobre o assunto devido à ausência de suporte para

uma inclusão efetiva. Esta se apresenta enquanto uma situação complexa, na qual é vivenciada de forma singular por cada sistema familiar, que tem em seu meio um filho diagnosticado, ou que por sua vez, apresenta características do TEA (TEDESCO; MOLARI, 2017).

A percepção das famílias acerca do contexto educacional é permeada por dificuldades e desafios visto que, as escolas tendem a não atender as exigências/expectativas dos pais referentes à inclusão efetiva do filho essa condição por sua vez, gera resistências dos familiares em manter a inclusão, desmotivados pelo preconceito e ainda pelo despreparo da escola ao incluir esses alunos, como também enfrentam dificuldades e desafios na busca por uma instituição educacional, que assegure os direitos do filho enquanto pessoa em desenvolvimento e com necessidades a serem consideradas e atendidas (MINATEL; MATSUKURA, 2015).

Como já mencionado anteriormente, a família desempenha um papel essencial dentro deste processo de inclusão de crianças com TEA no ensino básico, visto que, ela é responsável por promover a inserção da criança na sociedade sendo esta quem se encarrega de garantir o processo de inclusão escolar voltada para o aprendizado significativo, contudo é necessário a priori se despir dos preconceitos existentes, referentes ao diagnóstico e buscar estratégias de enfrentamento para encarar tal realidade (TEDESCO; MOLARI, 2017).

De tal modo, o impacto do nascimento de uma criança com deficiência configura-se em um momento, marcado por mudanças, dúvidas que acaba por promover a alteração da dinâmica familiar trazendo à tona temores quanto à função materna. Os pais por sua vez, precisam do suporte de profissionais que o auxiliem no processo de adaptação a nova situação para que alcancem a ressignificação da situação real bem como, possam vivenciar o luto pelo filho idealizado. Contudo, é necessário que os pais reconheçam que precisam de ajuda e busque nesses profissionais professores, fonoaudiólogos, psicólogos uma parceria para se chegar ao progresso significativo do filho (KIDD, 2013).

A parceria estabelecida entre a família e os diversos profissionais envolvidos nesse processo tem se mostrado benéfica ao passo que permite que esta se aproprie de aspectos referentes às limitações bem como, busque informações no que diz respeito a seus direitos e responsabilidades. Quanto aos profissionais, esta interação repercute sobre um melhor esclarecimento acerca da história de vida da criança e o contexto a qual está inserido assim, a colaboração entre família, escola e profissionais é essencial para apreender as potencialidades e dificuldades da criança dentro deste contexto (SILVA, 2010).

Todavia, denota-se que para um enfrentamento significativo dos pais frente a este processo de inclusão faz-se pertinente trabalhar sob a perspectiva do empoderamento a utilização de tal estratégia pode vir a estimular o desenvolvimento de uma participação mais ativa no que diz respeito, as situações cotidianas no que tange ao processo de socialização ao ponto que amplia as possibilidades de inclusão deste público. Contudo, ressalta-se que não cabe somente aos pais vivenciar esse processo de enfrentamento do preconceito, porém estes acabam exercendo esta função por serem responsáveis pelo estabelecimento de relações de cuidado entre seus membros por meio da proteção e acolhimento (MINATEL; MATSUKURA, 2015).

6. O PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA FRENTE À INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NO ENSINO BÁSICO

O ambiente escolar é um espaço plural permeado pela diversidade e dinamicidade é sob essa perspectiva que o profissional de psicologia deverá desenvolver sua intervenção dentro desse contexto, assim para que a inclusão ocorra de modo satisfatório torna-se necessário que o ambiente escolar seja um espaço em que se possam compartilhar conhecimentos entre a psicologia e a pedagogia. Sob este prisma, vale destacar que o modelo educacional tradicional se apresenta enquanto um ambiente privilegiado marcado pelo desenvolvimento de ideias, crenças e valores distintos a qual se formam dentro deste espaço. Dessa forma, o manejo do psicólogo sob estes moldes contribui para o processo de inclusão da criança com TEA no ensino regular visto que, este ambiente favorece a construção do aprendizado e desenvolvimento de ambas as crianças, ao passo que aprendem a conviver com as diferenças rompendo com a prática homogeneizadora de ensino (MATTOS; NUERNBERG, 2011).

O processo educacional ao longo da história caracterizou-se enquanto um processo bastante excludente mostrando-se não receptivo ao diferente ou mesmo a diversidade, todavia, a interação entre psicologia e educação tem se apresentado como importantes instâncias deste processo, visto que, unidas tem atuado para a conquista de uma perspectiva educacional pautada numa educação global e integradora do sujeito, com vista à aquisição de conquistas mais elevadas na educação sob o aspecto da educação inclusiva (PESSOA et al., 2014).

Neste sentido, o psicólogo enquanto tal deve procurar desenvolver intervenções capazes de atender as necessidades do contexto educacional e dentro desta perspectiva, deve

procurar metodologias que abarquem tal realidade para tanto, sua atuação deve estar permeada através de dois princípios o primeiro diz respeito, a compreender a variedade de abordagens existentes bem como, as contradições que emergem a partir delas, no que tange a terapêutica a ser adotada enfatiza ainda, dentro desse contexto a necessidade da multiplicidade de profissionais envolvidos nesse processo rumo à escolarização efetiva (DUTRA et al., 2016).

O psicólogo escolar muitas vezes é confundido em que função irá atuar por parte dos demais profissionais, e nesse sentido é considerado o responsável pela resolução das problemáticas. Porém, sua atuação deve buscar desmistificar essa visão mostrando à escola que o trabalho desenvolvido terá resultados em longo prazo e que não se deve estar ali para confirmar a crença a respeito do aluno, classificando seu problema ou oferecendo respaldo científico para a retirada deste da escola, mas sim para ouvi-lo, acolhê-lo; compreendendo sua situação de vida, agindo sempre de maneira ética e no sentido de ajudá-lo da melhor maneira possível. É necessário um trabalho conjunto entre psicólogo, professores, coordenadores pedagógicos e gestão escolar para melhorar as práticas escolares e torná-las mais significativas para o educando (DE ANDRADE et al., 2013).

O profissional de psicologia dentro do espaço escolar, seja no aspecto coletivo ou individual, poderá desenvolver sua intervenção pautada na orientação aos professores quando assim requisitado, estando este alinhado com as necessidades dos alunos, todavia, deve ser um trabalho desenvolvido em parceria entre professor e o psicólogo com vistas a oferecer um ambiente propício à construção de um desenvolvimento mais favorável a qual venha atender as especificidades do aluno. Assim, é extremamente necessária a presença do psicólogo nos trabalhos a serem desenvolvidos na instituição de ensino visto que, suas intervenções se sustentam na construção de vínculo afetivo e no compartilhamento e troca de conhecimento tal aspecto tende a contribuir para construção de ganhos significativos frente ao processo de ensino-aprendizagem (DIAS, 2017).

7. O PROCESSO DE INCLUSÃO E O ENSINO BÁSICO

O processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar e na inserção em sociedade tem sido palco de muitas discussões atualmente, contudo, anteriormente as pessoas que apresentavam algum tipo de comprometimento viviam a margem da sociedade, devido não se enquadrarem em um padrão imposto pela mesma, estas

eram consideradas anormais, e impossibilitadas de conviver socialmente, no entanto, esta prática vem sendo desconstruída por meio de uma exclusão velada visto que apesar de terem sido criados espaços para atender suas demandas estes têm fomentado ainda mais a segregação destes sujeitos. Dessa forma, a inclusão das crianças com TEA no espaço escolar perpassa a reestruturação e aprimoramento do contexto educacional voltado a atender as necessidades referentes ao processo de adaptação, bem como de favorecer o desenvolvimento de confiança e socialização assim, a relação desta criança com os agentes institucionais que compõe a escola é de suma importância tendo em vista que favorece a troca de conhecimento, comunicação, interação e inclusão destes (ALVES, 2016).

Nos últimos anos as escolas que adotam e assumem a responsabilidade de trabalhar com crianças com TEA, apresentam um grande desafio de incluí-los no ensino básico visto que estas não contam com suporte adequado para suprir as necessidades dessas crianças dessa forma, a escola deve se colocar atenta ao processo de inclusão, tendo em vista que este não deve significar simplesmente o ato de matricular o educando dentro do processo educacional, pressupõe uma reestruturação do contexto escolar a fim de se assegurar ao professor e à escola o aporte físico e psicológico para sustentar sua ação pedagógica e desenvolvimento significativos destas (DE SOUSA; DE SOUSA, 2015).

Dessa forma, dentro da perspectiva de escolarização de alunos com autismo, o processo de ensino e aprendizagem requer uma reestruturação de ações metodológicas que atendam a necessidade do aluno, com o intuito de assegurar a assimilação da experiência vivenciada por estes, no contexto da sala de aula compreende-se que o trabalho com crianças com TEA corresponde a uma tarefa desafiadora para o educador visto a ausência de suporte, contudo, é nesse cenário que o educador assume o papel de mediador das relações da criança com o contexto escolar, desenvolvendo estratégias que ofereçam segurança para ela se comunicar e interagir com os demais e com o meio a qual está inserido (TEDESCO; MOLARI, 2017).

Assim, a escola inclusiva pode proporcionar a criança com TEA oportunidades de convívio com outras da mesma faixa etária, onde a escola se estabelece como um espaço de aprendizagem e de desenvolvimento da competência social. Todavia, torna-se difícil definir o termo inclusão bem como, inferir o quanto este processo está sendo efetivo visto que tal processo tem apresentando limitações dentro da rede pública de ensino, onde os profissionais que atuam nesse meio encontram-se despreparados para desempenhar esse papel e por sua vez, acabam sendo criticados pela sociedade, porém, é inegável os seus esforços para a

construção de um ensino inclusivo pautado na autonomia e aquisição de conhecimento da criança com TEA (PIMENTEL; FERNANDES, 2014).

Na concepção da educação inclusiva, a educação especial torna-se necessária para promover o atendimento aos alunos autistas. A educação especial direciona suas atividades para acolher mediante as suas especificidades no processo educacional e proporcionar assim um ambiente mais favorável, seja na organização de redes de apoio, nos recursos, nos serviços escolares e no desenvolvimento de práticas colaborativas (BORGES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, PEREIRA, 2013).

Esperam-se condições apropriadas para uma inclusão adequada, pois quando ocorre o inverso a possibilidade de ganhos sede espaço aos prejuízos para todas as crianças. Diante de uma inclusão adequada à criança com TEA pode beneficiar-se das experiências sociais. O aprendizado de coisas simples, podendo torna-las crianças autônomas e independentes, contribuindo para a conquista de seu lugar na escola na família e sociedade (SANTOS et al., 2013).

Deste modo, depreende-se que o professor entre os demais profissionais envolvidos no processo de educação das crianças com TEA, apesar de assumir uma tarefa desafiadora desempenha um papel fundamental, visto que, é responsável pelo processo de aquisição de aprendizado bem como, por estimular o desenvolvimento cognitivo do aluno através do desenvolvimento de estratégias que consolidem este aprendizado dessa forma, faz-se pertinente reconhecer seu empenho ao atuar como facilitador do processo de aprendizagem (MACÊDO; NUNES, 2016).

Todavia, compreende-se que para a construção de uma escola efetivamente inclusiva deve procurar desenvolver um espaço voltado a atender as especificidades da criança através da capacitação dos professores e da implementação de novos métodos de ensino apresentando assim, a capacidade de oferecer aos alunos com deficiência plenas condições para o seu crescimento de forma que os coloque, em condições de acessar as oportunidades de forma equânime tanto no mercado de trabalho quanto na vida (CARNEIRO, 2012).

Portanto, para se alcançar uma educação inclusiva faz-se pertinente, que a instituição escolar, enquanto tal esteja disposta a passar por um processo de reconstrução do contexto escolar, traz a necessidade de rever os seus conceitos sobre currículo e programas educacionais que a sustentam, estas alterações poderiam vira abrir espaço para o desenvolvimento de métodos inovadores de modo a romper com os métodos tradicionais da escola, proporcionando a conquista de uma nova escola e sociedade pronta para acolher o

diferente longo dos anos, com ajuda de profissionais em que sejam capazes e engajados no mesmo propósito (DIAS, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se a relevância de investigar a inclusão de crianças com TEA, no contexto escolar verificam-se aspectos relacionados à interação, mediação e acolhimento tanto dos professores e demais crianças quanto do meio educacional, levando em consideração não só seu caráter inclusivo mais também a forma como a família trata a criança que apresenta tal transtorno.

Pôde-se, evidenciar também que o processo de inclusão de crianças com TEA é vista pelas instituições de ensino como uma tarefa desafiadora, entretanto, é preciso procurar desconstruir essa visão e trabalhar na construção de metodologias adequada para atenderas especificidades deste público em questão, voltando-se para o desenvolvimento de políticas, as quais visem garantir o desenvolvimento de práticas educacionais efetivas para o pleno exercício do professor e ainda, possam fomentar debates e desenvolver mais estudos sobre esta temática, devido ao suporte que estes podem oferecer a família, e agentes institucionais que compõe o âmbito educacional no que se refere à inclusão efetiva de crianças com TEA no ensino básico.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar a importância do papel do psicólogo frente à inclusão deste público alvo, onde o mesmo poderia atuar dentro deste âmbito no desenvolvimento de propostas de intervenções, trabalhando com a equipe pedagógica na elaboração de projetos com a finalidade de aperfeiçoar o acolhimento à criança com transtorno do espectro autista (TEA), sendo que este também pode oferecer suporte à família já que esta se encontra e necessita de um apoio para lidar com essa realidade.

Dessa forma, através dos resultados obtidos através desse estudo ressalta-se que é possível a inclusão de crianças com TEA, para tanto, é necessário que este esteja fundamentado a partir de conhecimentos e instrumentos básicos, com vistas a nortear tal prática, todavia, nota-se ainda um longo caminho a ser percorrido acerca da inclusão de crianças com TEA na escola, visto que esta se encontra perpassada pela falta de recursos estruturais e pedagógicos, que consigam atender as demandas para o acolhimento efetivo deste público, o que pressupõe a adaptação deste espaço a fim de se promover o desenvolvimento significativo destas crianças no contexto escolar e familiar.

Outro aspecto a ser enfatizado refere-se à importância do papel da família frente ao processo de inclusão de crianças autistas na escola, tendo em vista que esta se configura enquanto uma importante mediadora desse processo, todavia, isto não ocorre com regularidade, visto que os pais nem sempre estão preparados para lidar com filhos com necessidades especiais, e, por conseguinte, seria imprescindível a atuação do psicólogo dentro desse contexto para oferecer suporte a estes, vale ressaltar que a maior parte das escolas públicas brasileiras não conta com o profissional de psicologia para auxiliar as demandas decorrentes no âmbito educacional.

Entretanto, denota-se uma escassez de literatura acerca da temática, visto que foram encontrados poucos estudos referentes à inclusão de crianças autistas no ensino básico nesse sentido, espera-se que o estudo sobre esta temática possibilite uma maior compreensão acerca da realidade a qual as escolas e professores se deparam no dia a dia. Dessa forma, apesar dos dados encontrados a partir desta pesquisa depreende-se, contudo, a necessidade de que outros estudos venham a ser desenvolvidos nessa área, tendo em vista que diz respeito a um campo muito vasto e, por conseguinte, recente no contexto educacional do país.

Portanto, a realização deste trabalho me proporcionou enquanto estudante de Psicologia um aprofundamento acerca deste assunto, sendo que este me possibilitou um olhar mais sensível no que se refere a esta demanda, além disso, me permitiu adquirir conhecimento para minha formação ao oferecer embasamento necessário para lidar com este público quando estiver atuando, percebi ainda quais as dificuldades enfrentadas pela criança com TEA, bem como pela instituição de ensino assim como da família em decorrência do processo de inclusão, com isso compreendi a extrema relevância do profissional de Psicologia frente ao processo de inclusão da criança com TEA no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Sandra Kelly; FRIGHETTO, Alexandra Magalhães; SANTOS, Juliano Ciebre dos. Autismo: Os Benefícios da Interação Professor/Aluno/Família. **Nativa-Revista de Ciências Sociais do Norte de Mato Grosso**, v. 1, n. 2, 2013.

ALVES, Márcia Mesquita Cardoso; SOUZA, Rita de Cácia Santos; NEVES, Charles Graziênio Batista. **A criança autista no mundo chamado escola**. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 8, n. 1, 2015.

ALVES, Didier Elena. O autismo e o processo de inclusão na perspectiva escolar: análise de caso na Escola Professora Ondina Maria Dias, em Tijucas/Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2016.

Associação de Apoio à Pessoa Autista (AAPA). Campanha Nacional de Conscientização do Autismo, 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. Linha de cuidados para atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na rede de atenção psicossocial no Sistema único de Saúde. Brasília, 2013.

BORGES, A.C.; OLIVEIRA, E. C. B. B.; PEREIRA, E. F. B. B.; OLIVEIRA, M. D. Reflexões Sobre a Inclusão, a Diversidade, o Currículo e a Formação de Professores. In: Anais do Congresso Multidisciplinar. Londrina, Paraná. 2013.

CABRAL S C. Relação família-escola no contexto da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista. 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4666/CristianeCabral.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil **Rev. UFSCAR**, São Carlos. v. 8, n. 1 p. 81-95 jan/jun 2012.

DE SOUSA, Antônia Patrícia Fortaleza. DE SOUSA, Irma Daniele Fortaleza. Acessibilidade de Crianças Autistas em Ambientes Educacionais: Um Estudo Bibliográfico Sobre a Inclusão de Crianças Autistas no Ensino Básico. **Revista Fundamentos**, v. 2, n. 2, 2015.

DE ANDRADE, Anne Karina Pereira et al. Implantação De Um Serviço De Psicologia Escolar Em Uma Instituição De Ensino Estadual De Boa Vista/Rr. **Norte Científico**, v. 8, n. 1, p. 1-19, 2013.

DIAS, Nadla dos Santos. Autismo: Estratégias de intervenção no desafio da inclusão no âmbito escolar, na perspectiva da análise do comportamento. **Rev. psicologia.tp**. 2017.

DUTRA; Marília Pereira. SILVA; Camila Mendes de Melo; SILVA, Geane Fernandes; OLIVEIRA, Monalisa Lucena de Almeida Contribuições do psicólogo educacional na escolarização de crianças autistas, 2016.

GOMES, Maria Aparecida Silva et al. Família e Escola: Um Estudo Sobre O Processo De Aprendizagem de Crianças com Deficiência na Percepção das Mães. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 8, n. 1, 2015.

KIDD, Susan. Larson.(2013): **Meu filho tem autismo, e agora?** São Paulo: M. Books, 2013.

LAZZARETTI, Beatriz. Família e escola: contribuindo para o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências, **Rev. Caderno Intersaberes** | vol. 5, n.6, p.1-13| jan.dez.| 2016| ISSN 2317 – 692x

LEMONS, E. L. M. D.; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shirley. Inclusão de crianças autistas: Um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014.

LEON, V.C. Práticas baseadas em experiência para aplicação de TEACH nos Transtornos do Espectro do Autismo. São Paulo: Memnon, 2016

MACÊDO, Cláudia Roberto Soares de. NUNES, Débora Regina de Paula Aprendizagem mediada na escolarização de educandos com autismo. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 54, n. 42, p. 135-160, set./dez. 2016.

MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A.H. 2011. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil. **Revista Educação Especial** v. 24, n. 39. DOI:10.5902/1984686X

MINATEL, M.M.; MATSUKURA, T.S. Familiares de crianças e adolescentes com autismo: percepções do contexto escolar. **Rev. Educ. Especial**, v.28, n.52, p.429-442, 2015.

OLIVEIRA, V. F. Representações Sociais de professores acerca dos seus alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no processo de inclusão em Escolas Municipais de Lages, SC. Dissertação de mestrado, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, Brasil, 2015.

PAPIM, Ângelo Antônio Puzipe; SANCHES, Kelly Gil. **Autismo e Inclusão: Levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com autismo**. 84p. Monografia (Graduação em Psicologia) Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, São Paulo, 2013.

PESSÔA, Katia Adriana Padilha et al. Análise de um processo de inclusão escolar: as possibilidades de diálogos entre o fazer Psicologia e Educação. Mostra de Iniciação Científica do Cesuca-2317-5915, n. 8, p. 232-237, 2014.

PIMENTEL, Ana Gabriela Lopes; FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. **Audiology., Commun. Res.**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 171-178, jun. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-

64312014000200171&lng=pt&nrm=iso>.acessos em 11 nov. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S2317-64312014000200012>.

SANTOS, A. A. Inclusão escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista: significados e práticas(Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, Marta Souza; FERREIRA, Thalita Sueidy Gomes; GONÇALVES, Jessica de Oliveira; FERREIRA, Amanda Gomes; PEREIRA, Caroline dos Santos. **O autista no contexto escolar**. Outubro de 2013.

SILVA, A. B. B; GAIATO, M. B; REVELES, L. T. Mundo singular; entenda o Autismo **Rev. Objetiva** Rio de janeiro, 2012.

SILVA, Maria Fernanda PiffertomaziBaldezda. MONTEIRO, Rita de Fátima. BORGES, Ada Maria Farias Sousa. RIBEIRO, Erlane Marques. Deficiência no Brasil: conceito, histórico e aconselhamento genético. **Rev. ApaeCiência** ,[S.I.] Juazeiro do Norte, v.3 n.3 p.20-39, 2013.

SILVA, Cirlene Maria. Os desafios da educação inclusiva e a escola hoje sistema integrado de publicações eletrônicas da faculdade Araguaia. Goiânia -Go. v.3p.133-146. 2015.

SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Ed.1Curitiba: editora Ibplex, 2010. (Série Inclusão Escolar).

SCHMIDT, Carlo et al. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Psicologia: teoria e prática**, v. 18, n. 1, p. 222-235, 2016.

TEDESCO;Lumiko Mori, MOLARI, Mario. A Escola Regular e o Aluno Autista: Desafios e Possibilidades **Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.**,Londrina, v. 18, n.4, p. 432-436, 2017.

XAVIER, Amanda Vanessa de Oliveira. A inclusão de pessoas com deficiência na escola regular. Mato Grosso do Sul. 2017.